



JOGOS INDÍGENAS E A LEI 11.645/2008: POSSIBILIDADES PARA UM CURRÍCULO INTERCULTURAL

INDIGENOUS GAMES AND LAW 11.645/2008: POSSIBILITIES FOR AN INTERCULTURAL CURRICULUM

Jairzinho Rabelo

<https://orcid.org/0000-0002-5977-1948>

Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (Unesp/Araraquara); Mestre em Letras (UFRR); graduado em Letras (UFRR); professor da UERR e da SEED/RR

<http://lattes.cnpq.br/3487090875309632>

jairzinho.rr@gmail.com

Inayara Moraes da Silva

<https://orcid.org/0000-0002-3140-6404>

Mestranda em Educação (UERR/IFRR)

Especialista em psicomotricidade com ênfase em educação; graduada em Educação Física e Pedagogia; professora da SEED/RR

<http://lattes.cnpq.br/5649577968549066>

inamoraess@gmail.com

Juli Cristina Dorigon

<https://orcid.org/0009-0000-1655-3839>

Mestranda em Educação (UFRR); Especialista em Educação Especial e Inclusiva; graduada em Educação Física e Professora da SEED/RR

<https://www.cnpq.br/4332405962665252>

julicristinadorigon@outlook.com

Resumo: o estudo baseia-se em uma pesquisa bibliográfica, que visa analisar como as atividades realizadas nos Jogos Indígenas podem ser utilizadas no currículo, considerando as memórias e a cultura dos povos originários, correlacionando-as às exigências da Lei 11.645/2008. Os Jogos Indígenas, nessa perspectiva, respondem ao que a escola precisa oferecer às inúmeras culturas presentes na sociedade, nos papéis que os professores podem exercer no desenvolvimento do currículo, especificamente quando se quer atender a diversidade e ainda nas potencialidades da educação intercultural. Dialogamos com os principais autores a respeito de interculturalidade, identidade, conceitos de currículo inter e multicultural, e sua conexão com a diversidade, utilizando os Jogos Indígenas para analisar formas diversas de conhecimentos construídos nesses eventos, de maneira que seja possível aproximá-los das práticas docentes e propor a atividade intercultural na escola, em conformidade com a legislação. Nessa perspectiva, situamos este trabalho, que busca uma educação democrática, justa e plural, com especial relevância no momento atual marcado por perspectivas conservadoras e reacionárias, orientado pela perspectiva decolonial e sua inter-relação com a educação intercultural crítica.

Palavras-chave

Jogos Indígenas. Educação Intercultural. Currículo. Sala de Aula.

Indigenous Games and Law 11.645/2008: Possibilities for an Intercultural Curriculum

Abstract: the study is based on bibliographical research, which aims to analyze how the activities carried out in the Indigenous Games can be used in the curriculum, considering the memories and culture of original peoples, correlating them with the requirements of Law 11,645/2008. Indigenous Games, from this perspective, respond to what the school needs to offer to the countless cultures present in society, in the roles that teachers can play in the development of the curriculum, specifically when one wants to meet diversity and also in the potential of intercultural education. We dialogue with the main authors regarding interculturality, identity, concepts of inter and multicultural curriculum, and their connection with diversity, using the Indigenous Games to analyze different forms of knowledge constructed in these events, so that it is possible to bring them closer to practices teachers and propose intercultural activity at school, in accordance with legislation. In this perspective, we place this work, which seeks a democratic, fair and plural education, with special relevance in the current moment marked by conservative and reactionary perspectives, guided by the decolonial perspective and its interrelationship with critical intercultural education..

Keywords: Indigenous Games. Intercultural Education. Curriculum. Classroom.



1. Introdução

É impossível pensar o Brasil desconsiderando os povos indígenas no passado e no presente, como não há como pensar o futuro sem a população indígena. Essa rica diversidade de línguas, tradições e relações socioeconômicas são partes indissociáveis do Brasil. Dessa maneira, mais que uma obrigação legal, por meio da Lei 11.645/2008, a temática indígena deve se constituir como parte do currículo escolar, mas antes de tudo, um dever cidadão. Se é dever, conforme Clovis Antonio Brighenti, da escola refletir quanto aos diferentes contextos sociais, não há como não abordar a temática indígena dentro da escola atual (2022). Diante dessa temática, Marcos Terena (2016) diz que temos que levar adiante as conquistas necessárias para assegurar os direitos básicos: direito à vida, à dignidade e o direito de ser quem somos. E acima de tudo, reconhecer e ensinar que os indígenas e os negros não desapareceram, apesar de todo massacre existente. Eles ainda resistem por causa da cultura e da espiritualidade.

A Lei nº 11.645/2008 estabelece a obrigatoriedade do ensino a respeito da história e das culturas afro-brasileiras e indígenas na Educação Básica nas escolas públicas e privadas no Brasil. A educação intercultural é uma forma de democratizar o ensino. No entanto, uma das grandes dificuldades enfrentadas nesse processo é estabelecer meios eficientes para promover o respeito à diversidade cultural, principalmente por falta de informações que tratem da temática. A Lei evidencia, de acordo com os pesquisadores Gilson Divino Araújo Silva e Josélia Gomes Neves, que os conteúdos referentes à história e à cultura afro-brasileira e indígena deverão ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar (2020).

A importância deste estudo está na possibilidade de buscar nos Jogos Indígenas saberes necessários para promover atividades interculturais dentro das escolas indígenas e não indígenas, valorizando e evidenciando a importância da cultura dos povos originários promovendo a interculturalidade. Vislumbramos a importância da aplicação da Lei 11.645/2008 que foi uma grande conquista para o reconhecimento social do negro e do indígena, diminuindo as ideias preconceituosas e estereotipadas em relação as comunidades indígenas e aos afro-brasileiros. Desse modo, as escolas deverão introduzir em seus currículos, os conhecimentos, saberes, modos de vida e organização social dos povos indígenas e dos afro-brasileiros. Assim sendo, capazes de educar cidadãos conscientes de seu pertencimento étnico-racial.



2. Jogos Indígenas e a realidade dos povos tradicionais

Neste tópico, discutiremos a contextualização entre as relações históricas dos povos originários e a sociedade não indígena, a cultura, a identidade a representatividade e a interculturalidade, dialogando com os autores Belene Saleté Grando (2015), Emília Martins de Sousa Cuyabano (2010), Xavier Albó (2005), Silva e Neves (2020), Reinaldo Matias Fleuri (2009) e Tadeu Tomaz Silva (2019), entre outros, acerca de pesquisas desenvolvidas nessa área, além de livros, artigos, dissertações e teses. Contextualizando a partir do diálogo com as experiências vivenciadas nos jogos e na literatura atual, podemos refletir no que se refere a como um evento esportivo, pautado no lúdico e na competição, pode dar visibilidade a outras formas de mediação intercultural e nos ensinar outras formas de conviver na diversidade, construindo uma Educação Física decolonial.

Seguindo esse raciocínio, o termo colonização significa a invasão do imaginário do outro, ou seja, sua ocidentalização. Além disso, esse conceito construiu a inferiorização de grupos humanos não-europeus, do ponto de vista da produção da divisão racial do trabalho, do salário, da produção cultural e dos conhecimentos. Nessa direção, Aníbal Quijano (2007) fala também da colonialidade do saber, entendida como a repressão de outras formas de produção de conhecimento não-europeias, que nega o legado intelectual e histórico de povos indígenas e africanos, reduzindo-os, por sua vez, à categoria de primitivos e irracionais, pois pertencem a “outra raça”. Diante disso, precisamos resgatar as raízes das matrizes indígenas e africanas dentro da Educação Física, onde a decolonialidade representa uma estratégia que vai além da transformação da descolonização, ou seja, supõe também construção e criação. Sua meta é a reconstrução radical do ser, do poder e do saber. Nesse processo, também se encontra a estratégia da interculturalidade como princípio que orienta pensamentos, ações e novos enfoques epistêmicos, que segundo Vera Maria Ferrão Candau e Luís Fernando de Oliveira (2010, p. 25) é “o princípio que orienta pensamentos, ações e novos enfoques epistêmicos”. O conceito de interculturalidade é central na (re)construção do pensamento-outro. A interculturalidade é concebida, nessa perspectiva, como processo e como projeto político.

Exemplo disso é o esporte, que como prática social, vem sendo apropriado como uma linguagem intercultural que estabelece relações entre os povos indígenas e a sociedade não indígena, ao ser ressignificado por outras lógicas, levadas ao encontro dos indígenas. Os processos de mediações interculturais, mesmo em práticas sociais pautadas na lógica dos eventos esportivos, dão visibilidade



à diversidade étnica e cultural brasileira, marcada por outras formas de ser e viver coletivamente, mesmo em contextos multiétnicos, organizados pela lógica capitalista que orienta as competições esportivas no país (Grando, 2015).

Segundo Cuyabano (2010), os jogos indígenas simbolizam o corpo em movimento. Um corpo que ri, que festeja, dança a dança do corpo, distribui a energia, a alegria, a ciência, enfim, a vida que pede passagem e lugar para todos na sociedade. Diante disso, temos a oportunidade, como professor pesquisador, de imergir nesse universo cultural vislumbrando a possibilidades de um diálogo intercultural em nossas escolas, trazendo um pouco da realidade dos jogos indígenas para dentro das salas de aula das escolas não indígenas. Desse modo, a pesquisa traz um convite à leitura e à degustação de sabores e saberes da cultura dos povos tradicionais, trazendo-nos conhecimentos no âmbito da cultura, da história e da memória ancestral indígena. Seja no recôndito das matas ou dentro das escolas não indígenas faz-se ecoar um chamamento às raízes, trazido pelo brincar. Seja no universo das águas, ou nas atividades, com gravetos, cipós, sementes e rabiscos no chão, buscamos aprender com a criança indígena brincando livremente, construindo sua história e demarcando sua pertença identitária.

Grando (2015) realizou uma importante pesquisa com a temática relacionada aos jogos e brincadeiras indígenas presentes nas memórias de 18 grupos étnicos, entre adultos e idosos. Assim, buscou identificar, por meio dos dados empíricos, quais brincadeiras eram específicas (tradicionais) nas diferentes etnias, quais brincadeiras foram incorporadas e modificadas, bem como as brincadeiras que são introduzidas pela escola no espaço de territorialidade indígena. Buscando, com isso, compreender quais brincadeiras estão presentes nas diversas culturas lúdicas e como estas podem ser potencialmente utilizadas para uma Educação Intercultural que valoriza as culturas e histórias desses povos do Brasil. Esse relevante estudo pode servir de base para que possamos colocar no papel a riqueza cultural dos povos originários de Roraima, descortinando a magnitude das suas características regionais, escrevendo a identidade através dos jogos indígenas tradicionais.

3. *Cultura, identidade, interculturalidade e a Lei 11.645/2008*

Conforme Albó (2005, p. 16), “cultura é o conjunto de características adquiridas pela aprendizagem, em oposição às que herdamos biologicamente, é, então cultural e não biológica



qualquer característica apreendida e não transmitida biologicamente.” Diante disso, o fundamental não se aprende de forma isolada e sim mediante um determinado grupo social, em consequência disso, as crianças nascem e vão absorvendo costumes, crenças e características específicas de determinada matriz cultural e isso as distingue de outros grupos culturais, formando assim a cultura particular de determinado grupo.

Partindo desse princípio, conforme corrobora Albó (2005 p. 23) “a cultura particular de um determinado grupo é a base de um dos instrumentos mais potentes para a criação e o posterior desenvolvimento das diversas identidades grupais”. Uma pessoa se sente inserida em um determinado grupo por compartilhar coisas comuns com os membros do seu grupo, reunindo características, crenças, gostos, rituais e costumes que os tornam únicos e diferentes dos outros grupos culturais e assim forma-se a identidade. Essa relação entre cultura e identidade é o papel central do componente cultural em todo processo educativo, de modo a promover atividade intercultural dentro da escola, para além de atender às exigências da lei, promove valorização e reconhecimento da importância de mantermos vivas a cultura e as tradições dos povos tradicionais e ainda, lutar por uma conscientização da comunidade não indígena, através do conhecimento e da vivência de toda essa manifestação cultural representada pelos Jogos Indígenas de Roraima e de outros estados.

A identidade e a representação através do esporte são necessárias para que possamos analisar a relação entre cultura e atividades esportivas. O que pode ser fortalecido por Silva (2019, p.18) que afirma: “a representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas”. Segundo o autor, a consciência destas características fornecem possíveis respostas a questões como: quem sou eu? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? A consciência da cultura que traz as características e as marcas da região onde nasceram, sendo vivenciadas através do esporte colocam os estudantes indígenas em uma posição confortável para que possam se posicionar, sentir-se importantes no meio em que estão inseridos, transformando as relações sociais de poder, onde os povos originários sempre são excluídos em vez de incluídos em um ambiente de inclusão social na escola não indígena, por meio de uma educação intercultural. Uma relação de interculturalidade é qualquer uma que ocorre entre pessoas ou grupos sociais de culturas diferentes, essas relações são negativas quando levam à destruição daquilo que é culturalmente diferente e são positivas quando respeitam o que é culturalmente diferente e passa-se a enriquecer com a troca entre as culturas. (Albó 2005).



A Educação intercultural é uma forma de democratizar o ensino, e uma das dificuldades enfrentadas na escola é estabelecer meios para desenvolver o respeito à diversidade cultural. Diante disso, a interculturalidade é bastante abordada na escola, mas, qual é o real significado desta palavra? Como promover educação intercultural na escola? A palavra começa com o prefixo “inter-”, que, no dicionário, é identificado como posição intermediária, reciprocidade, interação, interpondo uma maneira de estabelecer uma ponte, uma intermediação, um encontro, para formar uma rede na interculturalidade. Silva e Neves (2020) afirmam que a interculturalidade remete à comparação e entrelaçamentos, porque se trata de grupos ingressando em relacionamento e intercâmbio, entre os quais a diferença estabelece relações de reciprocidade, respeitando as disparidades. A Lei nº 11.645/2008 evidencia que os conteúdos referentes à história e à cultura afro-brasileira e indígena devem ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar (...). Conforme corrobora Fleuri (2009 p. 78):

A educação intercultural propõe uma relação que se dá, não abstratamente, mas entre pessoas concretas. Entre sujeitos que decidem construir contextos e processos de aproximação, de conhecimento recíproco e de interação. Relações estas que produzem mudanças em cada indivíduo, favorecendo a consciência de si e reforçando a própria identidade.

Nesse sentido, é possível, com base na lei, criar possibilidades para fortalecer o currículo da escola indígena e não indígena promovendo atividades pedagógicas interculturais, conforme afirmam Silva e Neves (2020) “uma educação que tenha como base essa negociação cultural curricular favorece uma sociedade plural e promove o rompimento de pressupostos hegemônicos de culturas características.” Esse tipo de educação transforma a realidade das escolas e traz a valorização da cultura indígena para dentro das salas de aulas não indígenas, evidenciando as suas lutas, significados e contribuições dentro da sociedade.

Em continuidade, a educação intercultural é relevante pelo fato de não ser apenas uma introdução meramente inclusiva, Catherine Walsh (2007) propõe a perspectiva da interculturalidade crítica como a forma da pedagogia decolonial:

A interculturalidade crítica (...) é uma construção de e a partir das pessoas que sofreram uma experiência histórica de submissão e subalternização. Uma proposta e um projeto político que também poderia expandir-se e abarcar uma aliança com pessoas que também buscam construir alternativas à globalização neoliberal e à racionalidade ocidental, e que lutam tanto pela transformação social como pela criação de condições de poder, saber e ser muito diferentes.



Pensada desta maneira, a interculturalidade crítica não é um processo ou projeto étnico, nem um projeto da diferença em si. (...), é um projeto de existência, de vida. (WALSH, 2007, p. 8).

Essa prática é pensada a partir de uma educação que não considera uma única cultura dominante, pois trata de enfrentar, visibilizar e transformar a estrutura do modelo educacional que tem como prática o sistema colonial, como reafirma Walsh (2007, p. 9): “assumir esta tarefa implica um trabalho decolonial dirigido a tirar as correntes e superar a escravização das mentes”.

Uma das correntes que precisam ser quebradas é a da confusão entre a Educação indígena que é denominada como a educação realizada pelas próprias comunidades indígenas, segundo seus usos, seus costumes e suas tradições e a Educação Escolar Indígena, que por sua vez, é uma modalidade da educação básica oferecida pelos sistemas de ensino das Secretarias de Educação do país às comunidades dos povos originários, em que são transmitidos conhecimentos não indígenas e indígenas por meio da escola. O ensino da temática indígena designa o estudo de aspectos culturais e identitários dos povos indígenas na sala de aula, e é realizada sobretudo pelos não indígenas (Trudruá Dorrico, 2021).

Partindo desse princípio, com base no texto da mesma autora, observamos a importância de atender as perspectivas da lei 11.645/2008 em promover atividade intercultural nas escolas não indígenas, para isso além de estudar livros com temáticas indígenas publicados por autores não indígenas, é preciso ouvir os sujeitos indígenas, escutar suas histórias, compreender os aspectos culturais que diferenciam os diferentes grupos étnicos, ler suas literaturas regionais e nacionais. Antes de tudo, porém, para ensinar a temática indígena em sala de aula, convém estudar assiduamente a história colonial e as tentativas de controle dos conhecimentos, das subjetividades e dos corpos indígenas, para daí compartilhar, de forma honesta, as memórias, as lutas e as estéticas indígenas.

A educação escolar indígena passa, a partir dessas reflexões, a representar o foco de discussão no qual se dá a relação entre identidade e diferença. A diversidade é um dado importante, pois a educação escolar indígena lida com uma enorme variedade de sociedades indígenas com distintas formas de organização social, línguas, cosmologias diferentes, entre outros. Para Poliani Delmodez e Lúcia Helena Pulin, a escola indígena hoje tem como objetivo oferecer meios para que os próprios sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem se apropriem e construam suas próprias metodologias (2014). Nesse sentido, observamos a importância de respeitar e preservar as



características pertencentes a cada etnia na busca por uma educação intercultural, bilíngue, diferenciada e específica.

Percebemos, por meio da pesquisa, que a Lei 11.645/2008 é resultado de conquistas sociais associadas ao currículo intercultural e sua aplicação no cotidiano escolar, com as mudanças propostas pela lei, a escola e especificamente a Educação Física, por meio da representatividade dos Jogos Indígenas, poderá proporcionar mudanças de paradigmas na aproximação e na valorização de diversas formas de produção e de expressão cultural dos alunos indígenas e não indígenas e de outros grupos. Dessa forma, a escola e toda a comunidade escolar passam a atuar e desenvolver um trabalho numa perspectiva intercultural, favorecendo as relações humanas entre diferentes elementos e grupos sociais.

4. O currículo intercultural e suas possibilidades

A palavra currículo tem relação com diferentes concepções, consequência dos diferentes modos de como a educação é concebida na história, as influências teóricas que a afetam e se fazem hegemônicas em um dado momento. Diferentes fatores socioeconômicos, políticos e culturais contribuem, assim, para que currículo venha a ser entendido como os conteúdos a serem trabalhado dentro das escolas, bem como as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos, o planejamento elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais, os objetivos a serem alcançados por meio do processo aprendizagem, os métodos avaliativos que influenciam nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos graus da escolarização. Diante disso, podemos afirmar que as discussões acerca do currículo incorporam, com maior ou menor ênfase, discussões dos conhecimentos escolares, dos procedimentos e das relações sociais que conformam o cenário em que os conhecimentos se ensinam e se aprendem, as transformações que desejamos efetuar nos alunos e alunas, os valores que desejamos estimular e as identidades que pretendemos construir. Discussões relacionadas ao conhecimento, a verdade, ao poder e a identidade marcam, invariavelmente, as discussões das questões curriculares (Silva, 1999).

Dentro dessa perspectiva, temos na escola o currículo oculto que está na maneira como os alunos se relacionam entre si e com os professores, nas relações de poder entre os membros da comunidade escolar onde alguns são oprimidos, discriminados e segregados dentro da escola por questões raciais, econômicas ou de vulnerabilidade social como a dos alunos migrantes. Segundo



Candau (2002), fazem parte do currículo oculto, rituais e práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos, organização da escola, modos de distribuir os alunos por grupamentos e turmas, mensagens implícitas nas falas dos professores e livros. É dentro desse currículo oculto que estão as relações de discriminação, a cultura dos povos originários é marginalizada e negada a ponto de não serem consideradas conhecimento válido dentro da história de nosso próprio país. Partindo disso, buscamos na cultura dos povos tradicionais, elementos para construir um currículo intercultural forte, que valorize a cultura, a identidade e a relação entre as culturas.

É por meio do currículo que certos grupos sociais, especialmente os dominantes, socializam sua visão de mundo, seu projeto de vida e sua “verdade”. O currículo representa, assim, um conjunto de práticas que propiciam a construção, as relações e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais. Conforme Moreira (2002), o currículo é, por consequência, um instrumento de grande efeito no processo de construção da identidade do estudante. Nesse sentido, a inserção da cultura dos povos originários, por meio das atividades desenvolvidas nos jogos indígenas, pode ser instrumento que, inseridos no currículo como forma de valorização e preservação da cultura, contribuirão para a construção de uma escola mais democrática, onde as relações entre culturas possam construir novas possibilidades de integração e não mais um espaço de segregação.

A cultura, com o passar dos tempos, passou por vários tipos de significados, desde a visão clássica e humanista, a relação da cultura com o homem culto, cultivado e cultuado pelo conhecimento. Depois, passou a ter relação com o processo de escolarização, e pelo enfoque antropológico, passou a ser considerado o modo de vida de uma sociedade que inclui tradições, costumes, crenças e valores. De acordo com Darcy Ribeiro, cultura:

[...] é a herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo coparticipado de modos padronizados de adaptação à natureza para o provimento da subsistência, de normas e instituições reguladoras das relações sociais e de corpos de saber, de valores e de crenças com que seus membros explicam sua experiência, exprimem sua criatividade artística e motivam para a ação. (2006 p. 37)

Nesse sentido, a escola é o local onde inúmeras relações de interculturalidade acontecem, e a partir dessas relações, com o auxílio do currículo voltado para essa perspectiva podemos inserir cultura



no dia a dia da escola, de maneira que a cultura dos povos tradicionais em sintonia com os conteúdos programáticos da escola possam integrar-se, fortalecendo o currículo, promovendo interações entre culturas, sem supervalorização de uma em detrimento da outra e sim, na busca pelos frutos que estas relações trarão no futuro.

O currículo em uma perspectiva intercultural nos permite refletir a respeito da diversidade, provocando diálogo entre as várias culturas presentes na sala de aula, integrando conteúdos culturais dos povos originários, dos migrantes da Venezuela, Guiana Inglesa e Haiti presentes na região, aos conhecimentos científicos, superando a fragmentação dos saberes, trabalhando com os conteúdos das culturas historicamente negadas. Ao dar voz aos alunos segregados, é possível a afirmação da sua exterioridade, princípio ético-crítico que deve sustentar as práticas pedagógicas na contemporaneidade, principalmente, em regiões fronteiriças como Roraima. Nessa direção, Márcia Maria Rodrigues Uchôa (2019) aponta que uma proposta de currículo numa perspectiva crítica e contra a hegemonia deve considerar aspectos como a desnaturalização da negatividade sofrida pelos grupos subalternos, o reconhecimento e consideração da cultura dos educandos; o reconhecimento do inacabamento e incompletude humana, como condições para um diálogo horizontal, o estabelecimento de relações de diversidade, que respeita e considera o outro, a partir desse diálogo, que não evidencie as diferenças culturais e a construção de projetos que motivem a participação e a autonomia dos educandos.

Exemplo disso são os jogos Indígenas, que trazem um enorme acervo da cultura dos povos tradicionais, como a realização da fogueira no rito do início dos jogos acendidos de maneira tradicional por meio do atrito entre gravetos, onde o fogo representa a união entre os povos de origem ancestral, o revezamento da tocha acesa que representa a espiritualidade, pois o fogo é considerado sagrado em várias etnias. Segundo José Ronaldo Fassheber (2006), no local de competição, os jogos disputados têm algumas características comuns e podem se relacionar com as da comunidade, tais como: as de sobrevivência - arco e flecha e a canoagem, utilizados na caça e pesca, aquelas inseridas em rituais sagrados como corrida de toras, lutas e outras de caráter geral como o cabo de guerra e futebol, o espírito de guerreiro de auto-superação pode ser observado nos participantes durante as apresentações, nas provas, nos embates e nas lutas. Além do mais, para os indígenas, as características da celebração, do agradecimento, da espiritualidade, da mitologia estão inseridas nas competições. Nesse contexto, as experiências são incorporadas positivamente pelos indígenas e por não indígenas que têm a oportunidade de imergir nesse universo cultural.



Em Roraima acontecem, há vinte anos, os “Jogos Escolares Indígenas da Amizade”, esse evento envolve várias regiões e muitas comunidades indígenas e tem como objetivo a inclusão e a preservação dos valores e da cultura dos povos originários, por meio da representatividade dos jogos, onde há envolvimento da comunidade não indígena, proporcionando as relações de interculturalidade entre alunos e professores das escolas indígenas e não indígenas do ensino infantil, fundamental e médio das escolas das regiões dos povos tradicionais. Conforme corrobora Fassheber (2006), a essência do jogo congrega valores culturais importantes que asseguram a identidade dos grupos.

No evento, dentre as atividades esportivas de caráter tradicional, temos: arco e flecha, cabo de guerra, revezamento de tora, arremesso de lança, baladeira, trança da darruana, takobool, pau de sebo, canoagem, fuga do jabuti e zarabatana. Ademais, dos esportes coletivos comuns, são realizados: futsal, voleibol, futebol, atletismo e queimada. Esse evento é uma grande festa de integração dos povos originários com a comunidade não indígena, onde há troca de culturas, conhecimentos e a construção de novas possibilidades educacionais para que possamos alcançar um currículo mais inclusivo, que respeita e valoriza as manifestações culturais em suas mais diferentes vertentes.

Nesse sentido, ao falar da inclusão do futebol nos jogos, Riller Silva Riverdito, Alcides José Scaglia e Paulo César Montagner (2013) optam pelo termo Etno-Desporto Indígena para descrever a capacidade de cada povo tradicional de adaptar-se aos esportes modernos, sem perder sua identidade étnica, mostrando com isso que as relações entre culturas onde há respeito e valorização, sem supervalorização de uma em detrimento da outra, desconstrói muros de preconceitos e discriminação, fazendo da troca de culturas integração, transformando e integrando conhecimentos por meio da interculturalidade. Assim, os jogos indígenas, ainda com pouca visibilidade nas literaturas, pois somente a partir do século XX começaram a ser mencionados em estudos etnográficos, e somente a partir de 1980 começaram a ser objetos de estudos nas pesquisas. (Riverdito, Scaglia e Montagner, 2013).

5. Considerações Finais

Os jogos fazem parte do patrimônio simbólico da humanidade, eles foram partes importantes dos elementos metafísicos e biosociocultural no processo da humanização. estão presentes em toda a história da humanidade, foram criados por meio dos povos envolvidos pela cultura e costumes de seus



lugares de origem, difundidos por meio de contato entre as pessoas de geração em geração, sofrendo as transformações das civilizações e sociedades exercendo um papel fundamental desenvolvendo a motricidade, a sociabilidade, as emoções, a cultura e a identidade de um povo.

Essa identidade, da qual falamos, traz a denominação das sociedades indígenas como sociedades tradicionais por conservarem culturas tradicionais, que são práticas e representações próprias de uma cultura adquirido ao longo dos anos por muitas gerações, atualmente ameaçadas pela destruição do garimpo ilegal em terras indígenas, mais do que destruir a natureza, o garimpo ameaça a história e a vida dos povos tradicionais, invadindo e invalidando a cultura dos que não têm voz, em meio a tamanha crueldade. Partindo dessa perspectiva de ameaça, vivida pelos indígenas Yanomami em Roraima, e todo esse período político de colonialidade do poder dentro da sociedade que discrimina e nega as origens do país, faz -se necessário trazer essa temática para dentro dos currículos com o objetivo de fortalecer as raízes e a cultura dos povos originários e mostrar para os alunos não indígenas a importância, a história e a representação dos indígenas dentro do nosso país.

Para que se consiga aproximar desse modelo de currículo é necessário vencer algumas fases fundamentais, uma delas é o reconhecimento da diversidade cultural onde é necessário notar que nas escolas existe uma realidade que é multicultural. E, não podemos deixar de evidenciar a luta contra qualquer forma de discriminação, seja racial, de gênero etc. Dessa forma, podemos começar a construção de um caminho viável para o exercício da cidadania e pela configuração de um projeto pedagógico curricular, na perspectiva da interculturalidade.

A Educação intercultural é fundamental para construir um currículo inclusivo e atento às diversidades, perceber a escola como um espaço amplo, um local onde acontecem as trocas e inter-relações entre diferentes culturas, nesse sentido é fundamental que pessoas e grupos de culturas diferentes se relacionam para o desenvolvimento e evolução da sociedade. Para tanto, é necessário que escola seja um espaço aberto às discussões dos temas de cultura, identidade e representatividade dos povos tradicionais. Dentro das salas de aula de Roraima atualmente existem conflitos entre filhos de garimpeiros e alunos indígenas, é importante que a escola esteja atenta a essas demandas e fortifique o currículo, trazendo para dentro das salas temas como diversidade dos povos, cultura, degradação do meio ambiente, malefícios da exposição ao mercúrio, entre outros temas que giram em torno das questões etno-raciais atuais.

Os jogos indígenas são eventos importantes para resgatar a importância da preservação da



cultura por meio da representatividade do esporte dentro das escolas, por meio das atividades tradicionais realizadas podemos resgatar a valorização da cultura e da identidade dos povos originários dentro da comunidade, para que não esqueçam da importância da sua história, na preservação dos costumes, na valorização das características, danças, ritos e língua materna, muitas vezes rejeitadas por crianças dentro da própria comunidade devido a toda essa discriminação sofrida nos últimos anos. Nas escolas não indígenas podemos inserir essas atividades em atendimento a Lei 11.645/2008 para desconstruir todo esse discurso de segregação, discriminação e negação da legitimidade dos povos originários na história do nosso país, na preservação das florestas e na cultura viva alimentada pelas tradições desses povos.

Referências

ALBÓ, Xavier. **Cultura, interculturalidade, inculturação**. Palmas-TO. Editora Loyola: 2005.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Revisitando a lei 11645/2008: A contribuição das cosmologias indígenas em sala de aula. **Revista História em Reflexão**, v. 15, n. 31, 2022.

CANDAU, Vera Maria Ferrão (Org.). **Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CUYABANO; Emília Martins de Sousa. **Povos indígenas, cultura lúdica e educação: lições de casa** in GRANDO; Belene Salaté. **Jogos e Culturas Indígenas: possibilidades para educação intercultural na escola**. Cuiabá: Editora Educ, 2010.

DORRICO, Trudruá. Educação indígena e educação escolar indígena. Opinião, 19 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/julie-dorrico/2021/05/19/educacao-indigena-e-educacao-escolar-indigena-entenda-a-diferenca.htm>>

FASSHEBER, José Ricardo. **Etno-desporto indígena: contribuições da Antropologia Social a partir de uma experiência entre os Kaingang**. Tese (Doutorado em Educação Física), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DELMONDEZ, Poliani; PULINO, Lúcia Helena. Sobre Educação e Diferença no contexto da educação escolar indígena. **Revista Psicologia e Sociedade**. v. 26, n.3, pp. 632-641, 2014.



FLEURI, Reinaldo Matias. O que significa Educação Intercultural. In: FLEURI, R. M. **Educação para a diversidade e cidadania**. Módulo 2: Introdução Conceitual – Educação para a Diversidade e Cidadania. Florianópolis: MOVER/NUP/CED/EAD/UFSC, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas: 2019.

GRANDO; Beleni Saleté. Jogo entre “parentes”. Os processos de educação do corpo, esporte, e lazer indígena no Brasil: reflexões a partir dos Jogos Escolares Indígenas. **Revista Pedagógica**, v.17, n 34, p.36-58, jan/abr, 2015.

SILVA, Tadeu Tomaz da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis-RJ. Editora Vozes: 2014.

SILVA, Gilson Divino Araújo da; NEVES, Josélia Gomes. Educação intercultural e os aspectos da lei nº 11645/2008 – história e culturas indígenas. **Revista de Educação, Cultura e Ciência**, v. 25, n. 2, p. 73-85, julho de 2020.

TERENA, Marcos. Em busca de reconhecimento. **Revista desafios do desenvolvimento**. Disponível em www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/ed88/161123_revista_desafios_88.pdf

OLIVEIRA, Luís Fernando de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**. v.26, n.01. p.15-40, abril de 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2007. p. 227-277.

RIVERDITO, Riller Silva; SCAGLIA, Alcides José; MONTAGNER, Paulo César. **Pedagogia do Esporte: Aspectos conceituais da competição e estudos aplicados**. Editora Norte, São Paulo: 2013.

UCHÔA, Márcia Maria Rodrigues. **Currículo Intercultural na Fronteira: Um Estudo Sobre Políticas e Práticas na fronteira de Brasil/Bolívia do Estado de Rondônia**. 2019. Tese- Curso de Doutorado em Educação: Currículo, Pontifera Universidade Católica de São Paulo, 2019.

WALSH, Catherine. Interculturalidad Crítica/Pedagogia decolonial. In: **Memórias del Seminario Internacional “Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad”**, Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional 17-19 de abril de 2007.



Artigo submetido em 26/10/2023, aceito em 30/04/2024 e publicado em 17/07/2024.

TexTos e DebaTes, Boa Vista, vol.30, n.01, e7919, Jan./Jun. 2024.

DOI: <https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v30i01.7919>

<https://revista.ufrr.br/textosedebates/>

ISSN: 2317-1448



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).